

RELATÓRIO ANUAL

Ano

Abril 2023 - Março 2024

Índice

Nota do Executivo	4
Governança Comunitária	6
Pesquisa, monitoria e gestão de informação	15
Desenvolvimento institucional	17
Relatório financeiro	24
Desafios e Oportunidades	26

Produção: José Monteiro
Relatório técnico e financeiro: Direcção Executiva: José Monteiro e Massada Amadeu

Revisão:
.

Membros da ReGeCom



Instituições públicas de suporte



Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural
Direcção Nacional de Desenvolvimento Económico Local



Ministério de Terra e Ambiente
Direcção Nacional de Terras e Desenvolvimento Territorial



Ministério de Terra e Ambiente
Direcção Nacional de Florestas



Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas
Instituto Nacional de Desenvolvimento de Pescas e Aquacultura



Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas
Administração Nacional de Pescas



Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas
Instituto Oceanográfico de Moçambique



Ministério de Recursos Minerais e Energia
Direcção Nacional de Geologia e Minas



Ministério de Recursos Minerais e Energia
Direcção Nacional de Hidrocarbonetos e Combustíveis



Ministério de Recursos Minerais e Energia
Instituto Nacional de Minas



NOTA DO EXECUTIVO

Este relatório, o quarto, desde a legalização da ReGeCom, retrata as actividades realizadas no período de Abril de 2023 á Março de 2024. As actividades descritas neste relatório e as realizações, são resultado da dedicação e a reafirmação do compromisso dos membros e parceiros da ReGeCom em colocar as comunidades rurais, organizadas, no centro da planificação e tomada de decisão sobre a gestão sustentável da terra e recursos naturais em Moçambique.

A finalização da implementação de actividades do ciclo da abordagem de Governação comunitária em Chmanimani, Costa dos Elafantes e Marromeu, constitui um exercício de aprendizagem que vai remeter a consolidação da própria abordagem de Governação comunitária e desenho de uma versão mais apurada do Guião e Manual de Governação comunitária de recursos naturais.

Com o apoio da Maliasili e financiamento da ANBT, conseguimos elaborar o plano estratégico da ReGeCom para o período de 2024 a 2028. Este instrumento orientador auxiliará a Direção Executiva, os membros, parceiros e doadores da ReGeCom a manterem o foco nos principais pilares de intervenção da organização, visando transformar nossas ações em impactos tangíveis nas comunidades, enquanto crescemos como instituição e plataforma nacional.

As intervenções, os desafios e os pequenos progressos alcançados em 2023, como a publicação no BR dos Comités Comunitários, aplicando o decreto 63/2020, serviram para fortalecer nossa visão, mas também revelaram desafios relacionados ao funcionamento dos comités, à monitoria da Governação comunitária e à estruturação interna da ReGeCom. Contudo, também identificamos oportunidades, como a possibilidade de consolidar a colaboração com a ANAC para estabelecer sistemas de Governação comunitária nas comunidades ao redor das áreas protegidas.

As conquistas de 2023/2024 só foram possíveis porque reforçamos a convicção de que esforços coletivos resultam em impactos mais duradouros e sustentáveis. Por isso, acompanhamos o crescimento das redes regionais e acolhemos o estabelecimento da Aliança Pan-Africana, que continuará a impulsionar o movimento de gestão comunitária a nível da África e do mundo.

Muito obrigado a todos que contribuíram para as realizações do ano 2023/2024.

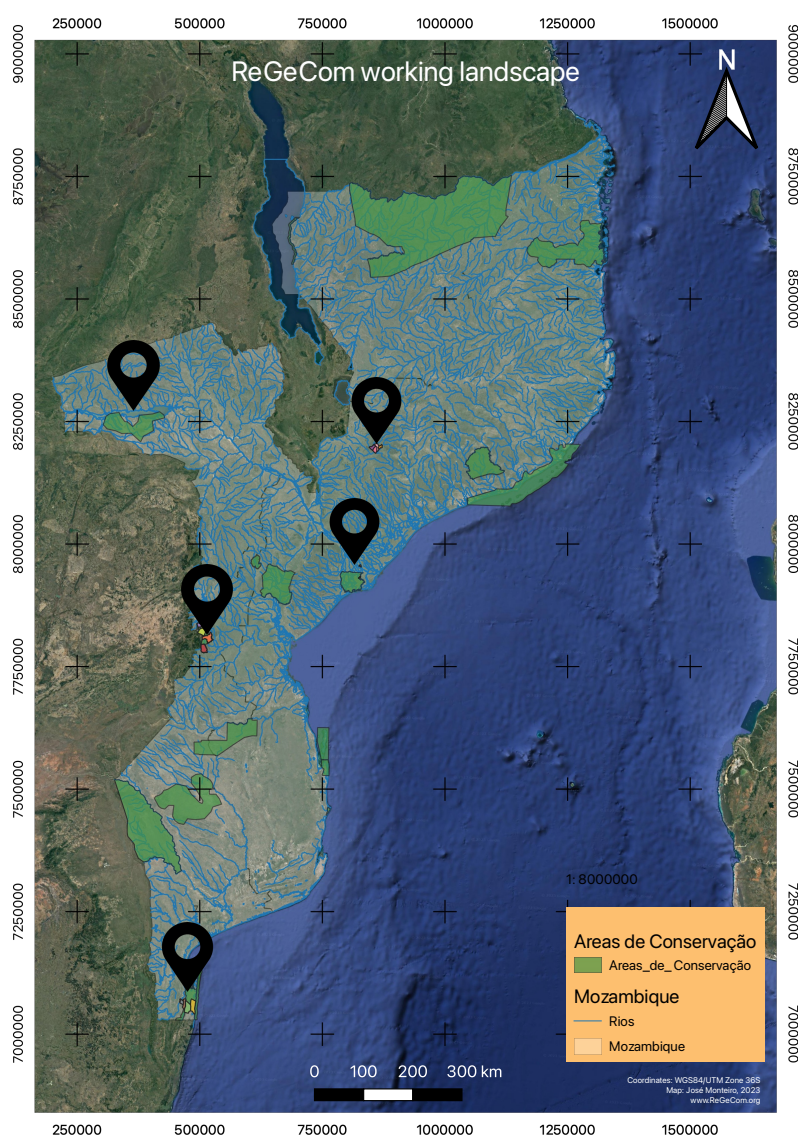
José Monteiro
Director Executivo



GOVERNAÇÃO COMUNITÁRIA

A Governação comunitária é um dos três principais pilares de intervenção da ReGeCom, e tem com objectivo melhorar processos de decisão comunitária sobre a terra, através da organização das comunidades rurais e da sua terra.

Actualmente a ReGeCom está a implementar a abordagem de Governação comunitária em 5 paisagens (Mabu, Parque Nacional de Chimanimani, Reserva de Marromeu, Parque Nacional de Maputo (Costa dos Elefantes) e Parque Nacional de Magoé, da qual as actividades iniciaram em Dezembro de 2023, com fundos da BioFund/Projecto MozRural.



Paisagem da floresta do Monte Mabu

11 Comunidades apoiadas
11 Comités Comunitários estabelecidos
110 membros (40 Mulheres)
2700 Agregados familiares
Em curso: 11 Planos de uso de terra comunitários

Paisagem do Parque Nacional de Chimanimani

4 Comunidades apoiadas
10 Comités Comunitários estabelecidos
108 membros (48 mulheres)
873 Agregados
67187 Ha de direitos de terra comunitária registados
4 Planos de uso de terra comunitários

Paisagem da Reserva Nacional de Marromeu

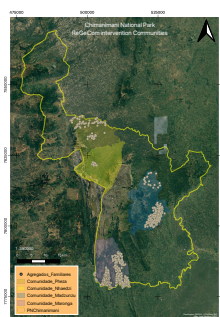
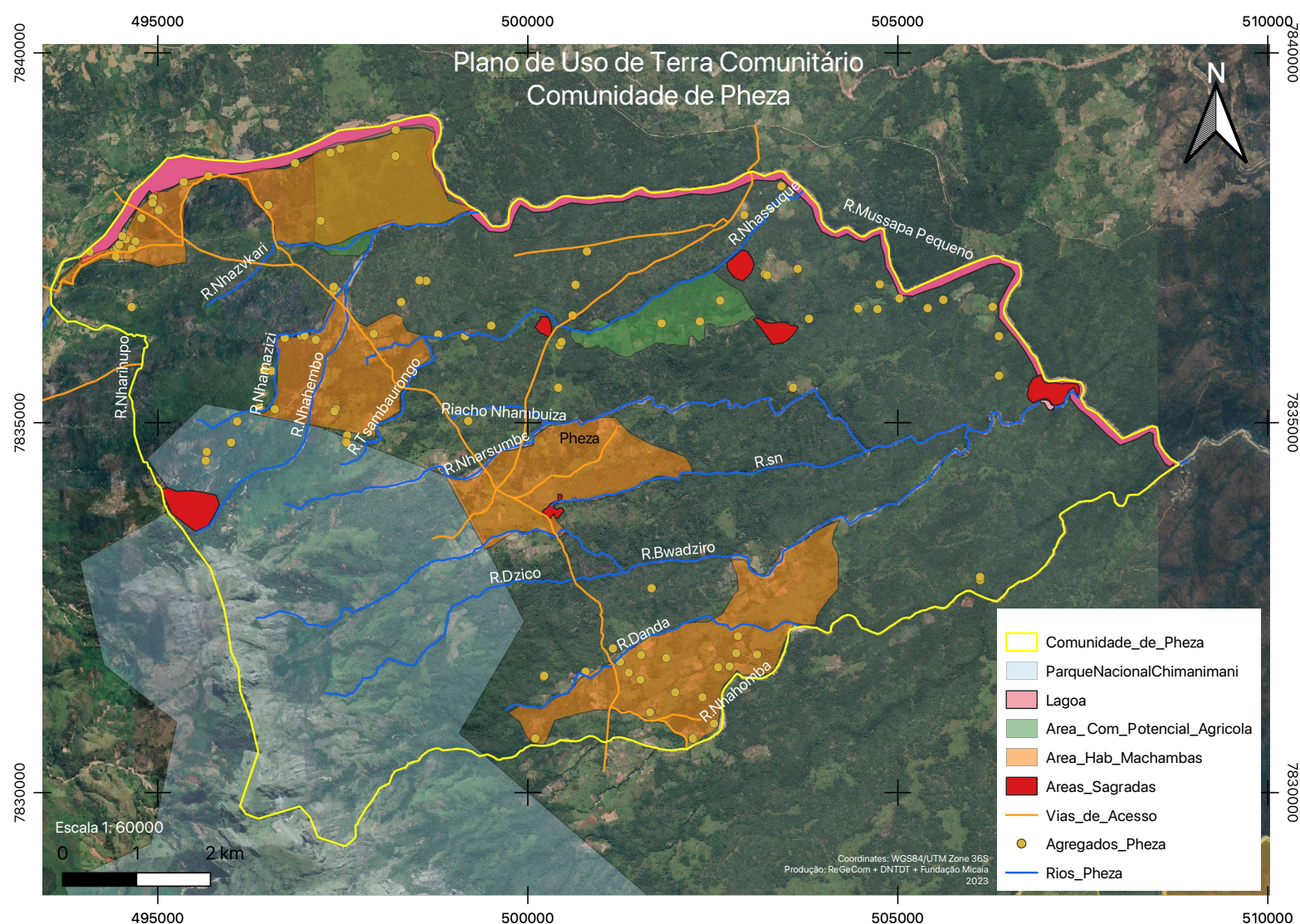
4 Comunidades apoiadas
10 Comités Comunitários
103 membros (34 mulheres)
2835 Agregados familiares
7073 ha de direitos de terra registados
4 Planos de uso de terra comunitários
2 Planos de negócio

Paisagem da Costa dos Elefantes

4 Comunidades apoiadas
4 Comités Comunitários
55 membros (29 mulheres)
245 Agregados familiares
60949 ha de direitos de terra registados
4 Planos de uso de terra comunitários
2 Planos de negócio

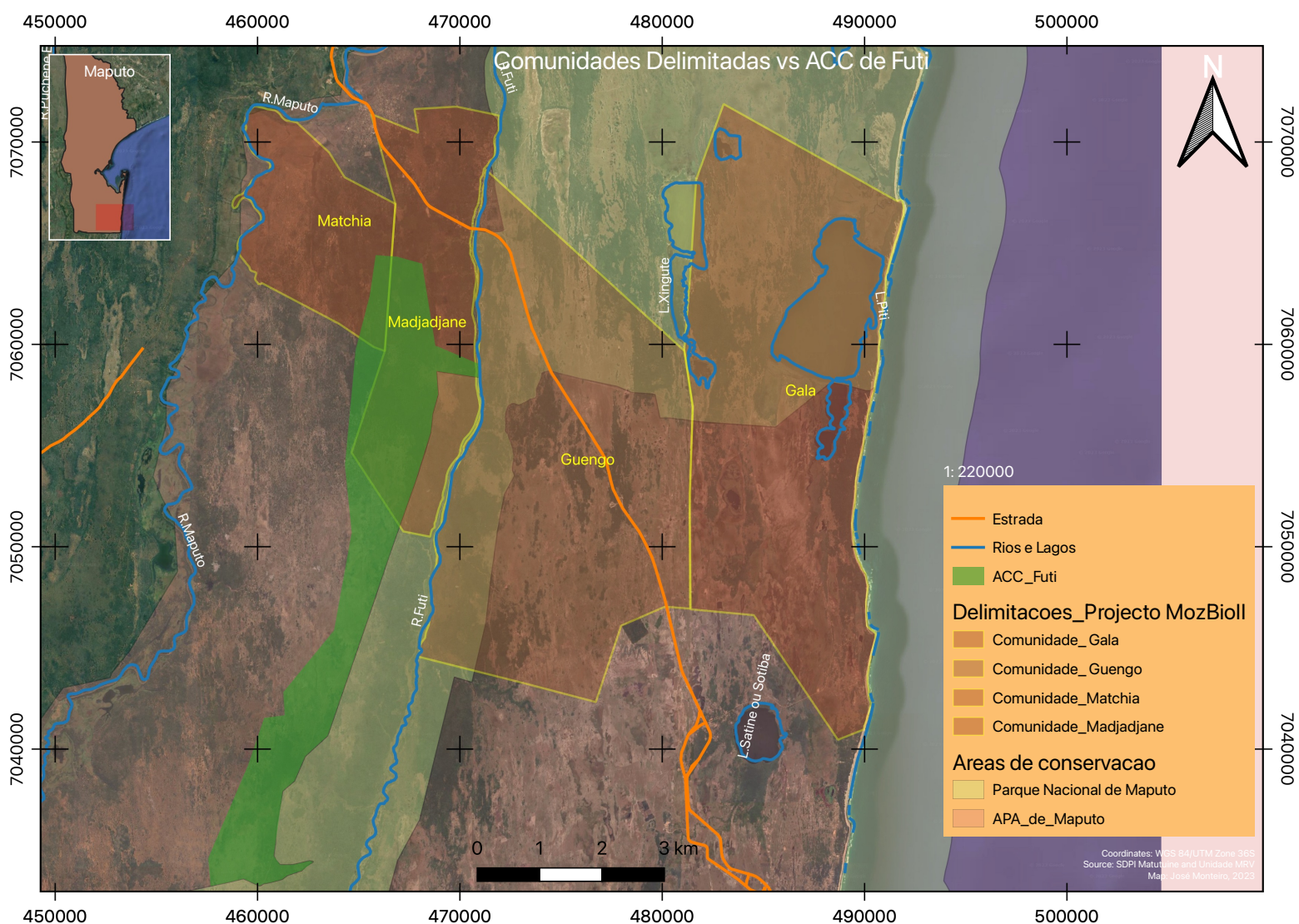
Paisagem do Parque Nacional Chimanimani

Na paisagem de Chimanimani, cuja a actividade de Governação comunitária foi implementada pela Fundação Micaia, foram estabelecidos e reconhecidos 10 Comitês Comunitários, em 4 comunidades, nomeadamente Maronga (7 comités); Madzunzu (1), Pheza (1) e Nhaezi (1). Os comités são constituídos por um total de 108 membros dos quais 48 mulheres. Para além de delimitadas as áreas das 4 comunidades (com certidões emitidas), foram elaborados planos de uso de terra comunitários e 2 planos de negócios relativos a desenvolvimento de piscicultura na comunidade de Preza e de turismo na comunidade de Nhaezi.



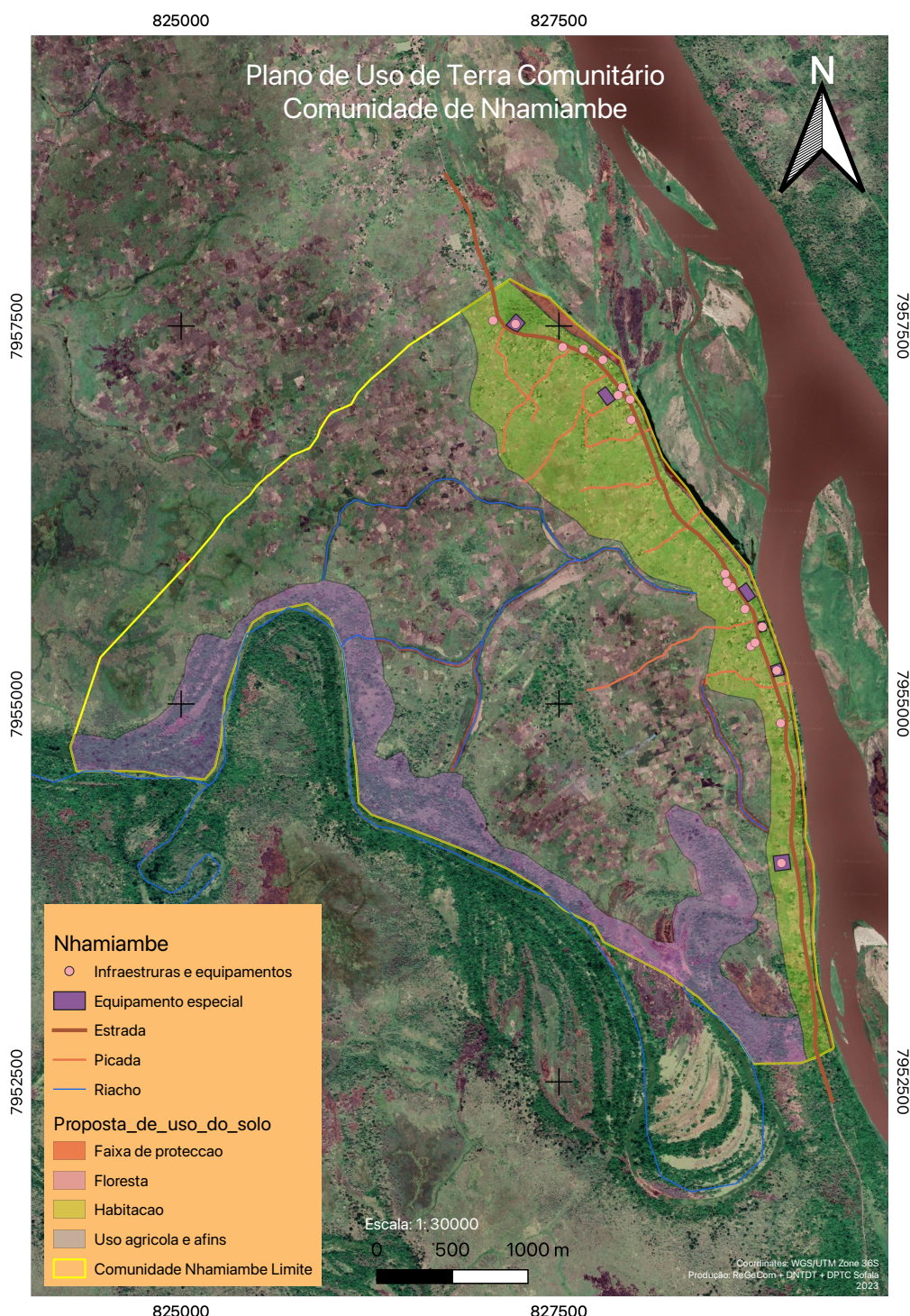
Paisagem da Costa dos elefantes

Na paisagem da Costa dos Elefantes (Parque Nacional de Maputo), cuja a actividade de Governação comunitária está a ser implementada pela AMPDC, foram estabelecidos e reconhecidos 4 Comités Comunitários, em 4 comunidades, nomeadamente Matchia, Guengo, Madjadjane, e Gala. Os comités são constituídos por um total de 55 membros dos quais 31 mulheres. As certidões oficiais das delimitações ainda não foram emitidas, porém foram elaborados 4 planos de uso de terra comunitários, e dois planos de negócios referentes a piscicultura para a comunidade de Gala e apicultura, apara c comunidade de Matchia



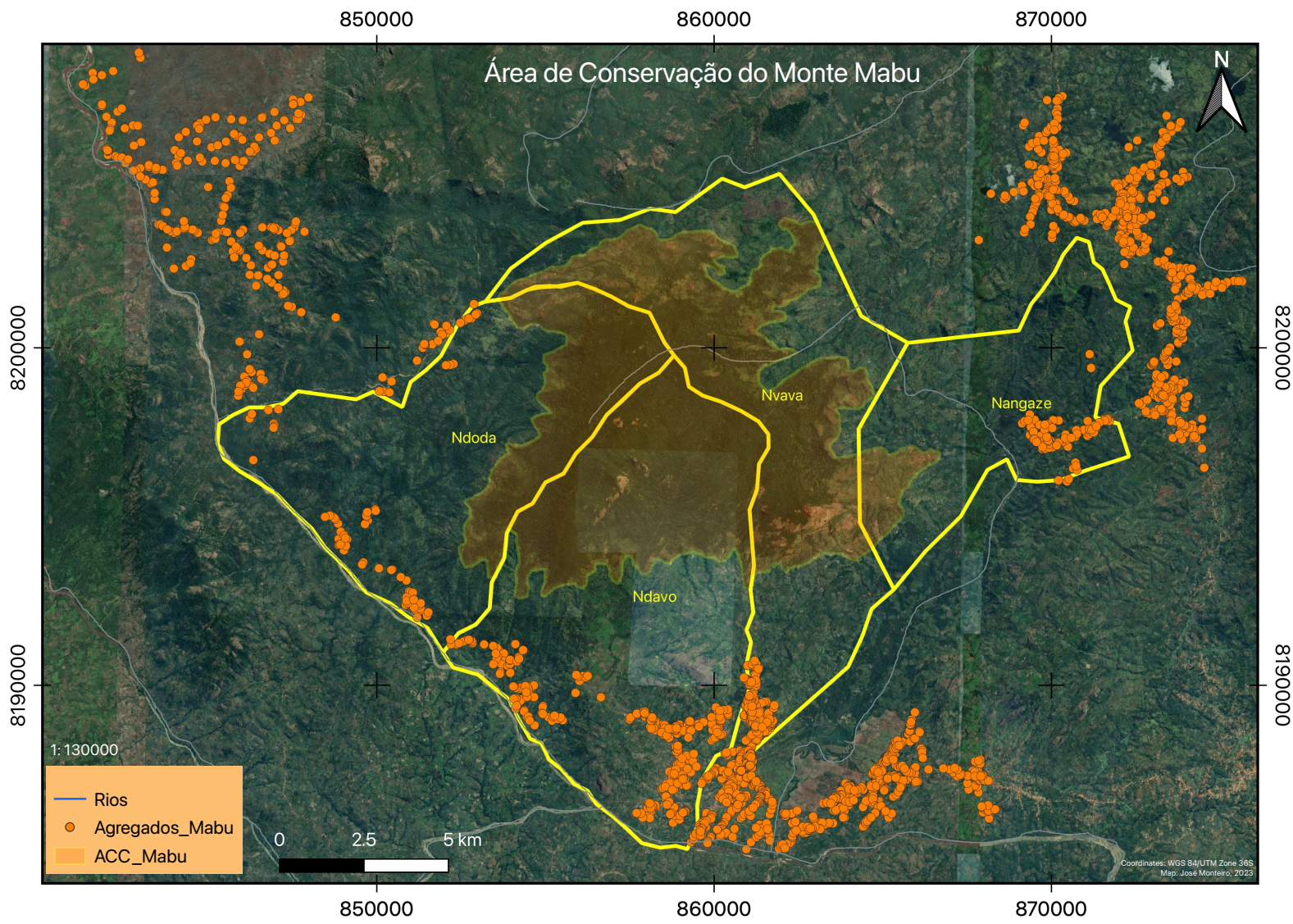
Paisagem da Reserva de Marromeu

Na paisagem da Reserva Especial de Marromeu, cuja a actividade de Governação comunitária está a ser implementada pela UDS, foram estabelecidos e reconhecidos 10 Comités comunitários: Comunidade de Safrique (4); Comunidade de Macuere (4); Comunidade de Nhaminaze (2) e Comunidade de Nhaminambe (1). Os comités são constituídos por um total de 103 membros dos quais 33 mulheres. Foram delimitadas 4 comunidades (com certidões emitidas), elaborados 4 planos de uso de terra comunitários, e dois planos de negócios referentes.



Paisagem do Monte Mabu

Na paisagem do Monte Mabu, em Lugela, a actividade de Governação comunitária está a ser implementada pela RADEZA, num contexto de estabelecimento de uma **área de conservação comunitária**. As actividades fazem parte do projeto de conservação do monte Mabu, que está a ser implementado em colaboração com a WWF, com financiamento da Rain Forest Trust, e fundos da União Europeia através da BioFund. Foram estabelecidos 11 Comités Comunitários, que são comunidades ao redor do Monte Mabu, e através de processos participativos, a comunidade identificou o limite da área de conservação de pretende conservar, com um total de 9300 ha. Os comités foram legalizados e publicados no Boletim da Republica, sendo os primeiros que na abordagem de governação comunitária, foram publicados atives do decreto 63/2020. Para facilitar a gestão da área de conservação foi estabelecida a Associação Conserva Mabu, que é constituída pelos representantes de cada Comités Comunitário. Está em curso a elaboração dos planos de uso de terra comunitários, que vai servir de instrumento de gestão para cada uma das comunidades ao redor do Monte Mabu.



Paisagem do Parque Nacional de Magoe

O processo de Governação Comunitária ao redor do Parque Nacional de Magoe, está a ser implementada pelo membro ACEAGRARIO, cujas actividades iniciaram com apresentação do projecto a nível do Distrito de Magoe e Distrito de Cahora Bassa, que são os distritos cobertos geograficamente pelo Parque Nacional de Magoe. Com as apresentações oficiais realizadas, seguiu-se a planificação conjunta entre a Administração do Parque Nacional de Magoe, BioFund, ANAC, e pontos focais dos Distritos de Magoe e Cahora Bassa.

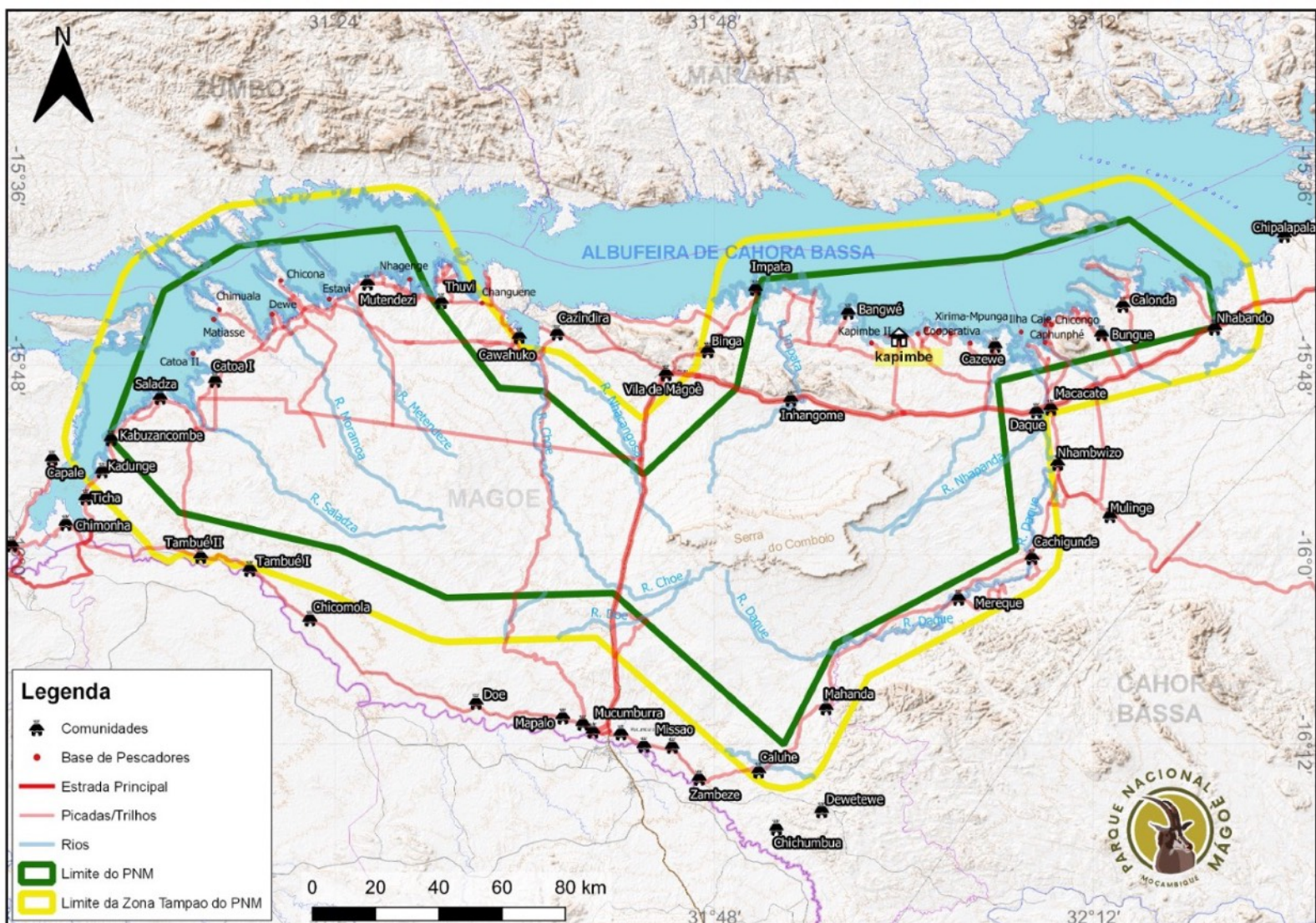


Para contextualização e preparação, os técnicos do Parque Nacional de Magoe, técnicos do SDPI e SDAE dos distritos de Magoe e Cahora Bassa, e membros de sector privados seleccionados, foram treinados sobre a abordagem de Governação comunitária, numa sessão de capacitação que durou 4 dias. A capacitação foi facilitada pelos membros do Grupo de Governação, Nelson Rafael (UniZambeze) e Teresa Nube (DNF).





Depois da capacitação, seguiu o processo de avaliação dos sistemas actuais de Governação comunitária, que consistiu em interação directa com líderes e membros de cada uma das 28 comunidades ao redor do Parque, para perceber os mecanismos de tomada a decisão sobre terras e recursos naturais a nível da comunidade.



Planos de Uso de Terra Comunitários

Os planos de uso de terra comunitárias podem ser instrumentos úteis para consolidação dos sistemas de Governança e no processo de monitoria da conservação, principalmente o desmatamento. Em colaboração com Direcção Nacional de Terras e Desenvolvimento Territorial (DNDT), a ReGeCom iniciou o processo de elaboração de planos de uso de terra comunitária, da qual se espera ser o início para a padronização da abordagem metodológica para elaboração dos planos de uso de terra comunitários, para efeitos de gestão comunitária de recursos naturais. Foram elaborados um total de 8 planos de Uso de Terra Comunitários modelos, para as paisagens de Chimanimani, Costa dos elefantes, Marromeu, e está em cursos a elaboração de mais 11 planos de uso de terra comunitários para a paisagem de do Monte Mabu. Os planos de uso de terra são processos participativos, em que a comunidade identifica os principais usos de terras actuais e define os uso de terra futuro, considerando as suas aspirações de desenvolvimento e actividades baseadas no uso de terra e recursos naturais.



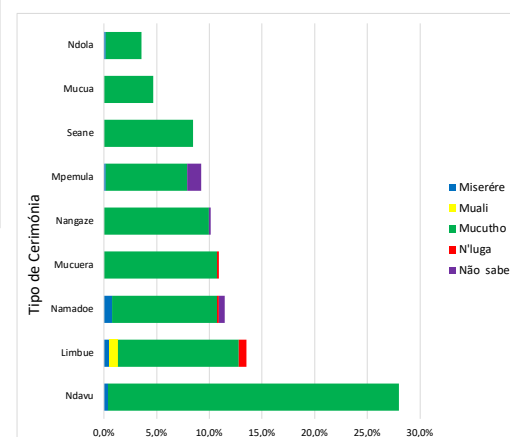
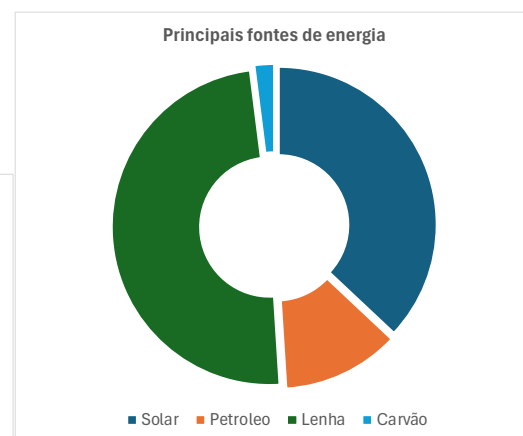
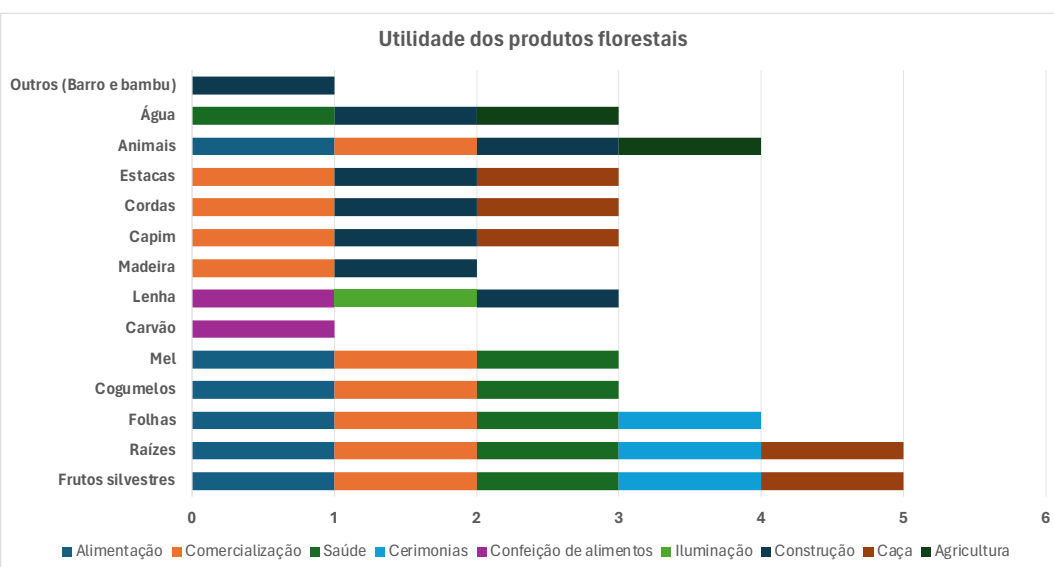
Com o exercício conjunto de desenvolvimento de modelos de planos de uso de terra comunitários, espera-se engajar outros actores, de forma integrar o processo e abordagem de planificação de uso de terra, na lei de ordenamento de territorial que está em revisão.



PESQUISA, MONITORIA E GESTÃO DE INFORMAÇÃO

Uso de florestas do Monte Mabu

Como contribuição para melhorar o conhecimento e informação sobre a dependência e meios de vida das comunidades que vivem ao redor do monte Mabu em relação a floresta, três instituições membros da ReGeCom, do ramo acadêmico, a Universidade Zambeze, Universidade Rovuma e Universidade Católica foram convidadas a realizar o estudo sobre os “usos da floresta no monte Mabu”. Os resultados mostram uma ligação forte entre as comunidades ao redor do monte e o uso da floresta para vários fins. Os principais produtos florestais estão associados a subsistência, e caça de animais de pequeno porte é uma , com incidência para realização de cerimónias tradicionais para pedido de chuvas, para a pratica agrícola. Parte dos resultados mostram igualmente que a comunidade está preocupada com a perda de habitat, pois sentem redução de animais no monte, que tem sido uma das maiores fontes de proteína animal.

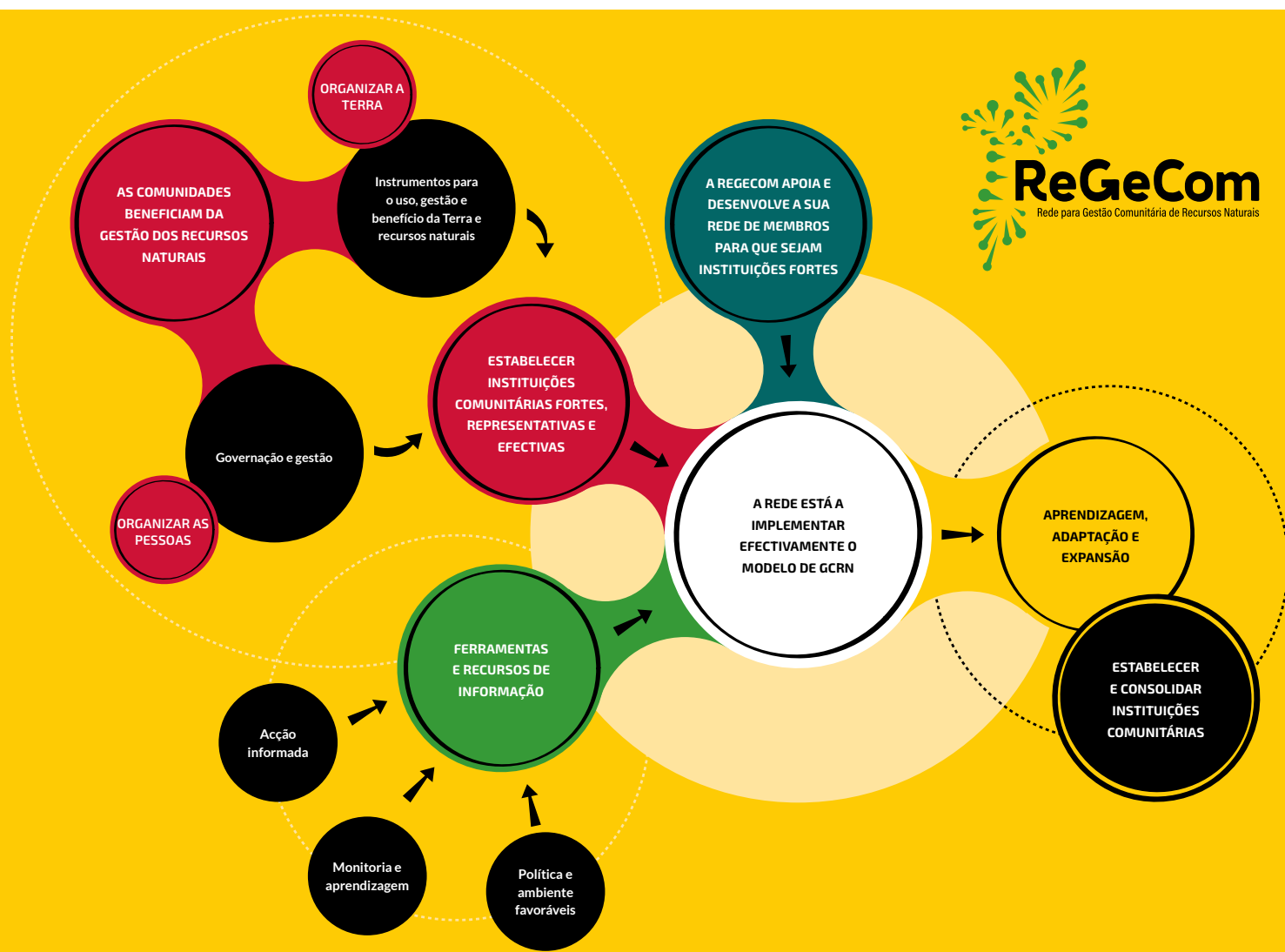




DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Plano estratégico

Com fundos da African Nature Based Tourism (ANBT) e apoio da Maliasili, a ReGeCom elaborou o seu plano estratégico para o período de 2024 - 2028. O plano estratégico centra-se em três objectivos chaves: (i) Construir e consolidar instituições comunitárias fortes, representativas e eficazes; (ii) Desenvolver ferramentas e recursos de informação para apoiar a gestão comunitária dos recursos naturais e (iii) Construir uma rede de membros fortes para um impacto colectivo.



Contratação do oficial de comunicação

Para preencher o quadro de pessoal a nível da Direcção Executiva da ReGeCom, está em curso o processo de contratação de um oficial de comunicação, que estará baseado em Chimoio, na sede da ReGeCom. Parte da responsabilidade do oficial de comunicação é de expôr o trabalho da ReGeCom e dos seus membros, como base para amplificar as abordagens de Governação comunitária.



Sinergias e parcerias

Colaboração na implementação do projecto RiNaWa

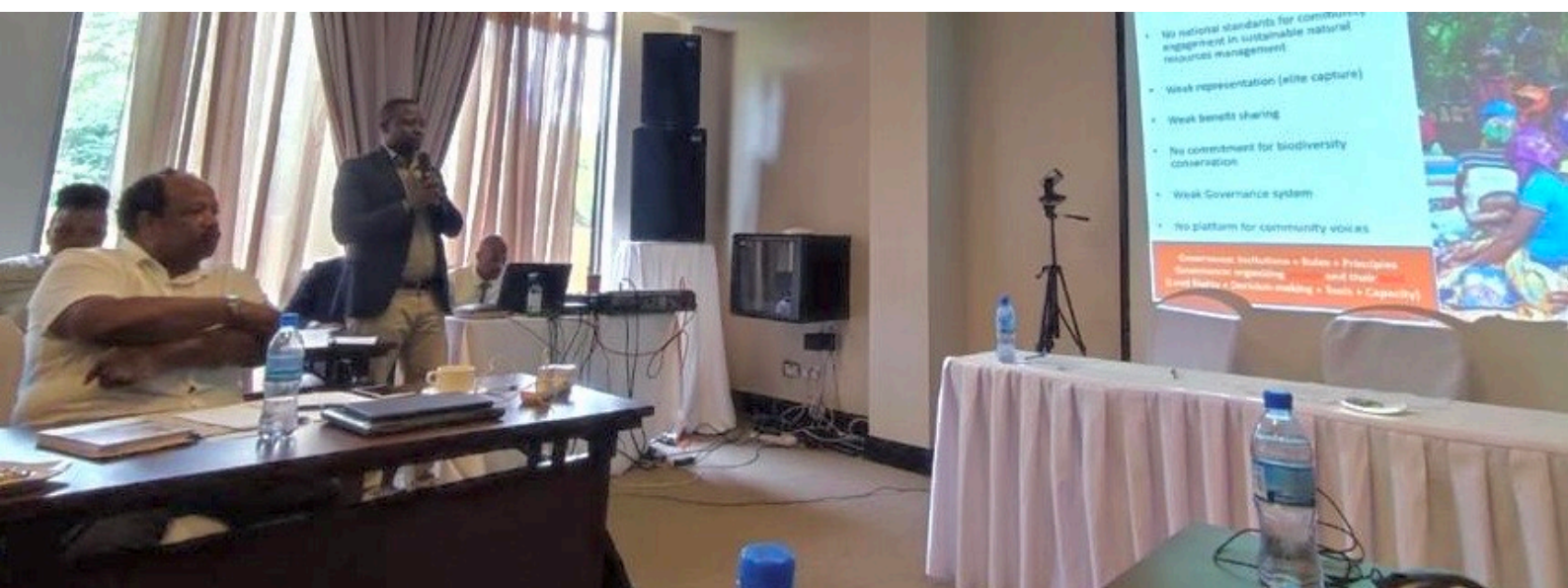
A ReGeCom é colaboradora na implementação do projecto da SADC intitulado RiNaWa, cujo objetivo é melhorar a gestão de resíduos sólidos e gestão sustentável de recursos naturais, nos países da África Austral. Durante o decurso na implementação do projecto, a ReGeCom participou em quatro eventos:

- Em Arusha, em Abril de 2023, com objetivo de recolher informações iniciais sobre lacunas e soluções inovadoras existentes para melhor gestão de resíduos e gestão de recursos naturais. Durante o evento, ReGeCom apresentou as actividades realizadas no país.
- Em Maputo, nas Ponta de Ouro, em Agosto de 2023, cujo objectivo foi identificar necessidades e capacidade para elaboração, implementação e monitoramento de políticas em Gestão de Recursos Naturais (GRN) e Gestão de Resíduos (GR). Durante o evento, a ReGeCom partilhou a sua abordagem mitológica, relativa a Gestão Comunitária de Recursos Naturais
- Em Arusha, em Setembro de 2023, com objectivo de estabelecer uma plataforma para especialistas dos cinco países, para se envolverem em discussões aprofundadas do projecto
- Em Arusha, evento organizado pela College of African Wildlife Management MWEKA, em Janeiro de 2024, que serviu para a construção de capacidades para formadores e pesquisadores das instituições de ensino superior dos países implementadores. A

ReGeCom apresentou a metodologia de governação comunitária de recursos naturais tendo sido uma das propostas eleitas para ser implementada como piloto na região da SADC.

Em todos eventos a ReGeCom este representada pelo colega Artur Afonso, representante da instituição membro Universidade Rovuma. Os principais resultados incluem:

- ReGeCom reconhecida como interlocutor válido a nível da Região Austral da África na componente de gestão comunitária de recursos naturais;
- A abordagem de Governação comunitária foi eleita como modelo piloto a ser implementado nos país implementadores do projecto, e servir de caso de estudo que eventualmente se traduzem em instrumentos legais a serem adoptados pelos países da região



Parceria com Maliasili

A colaboração com Maliasili tem estado a resultar em exposição da ReGeCom a nível internacional. Os principais resultados incluem a (i) elaboração do plano estratégico; (ii) a realização de eventos para promoção da ReGeCom e está em curso actividades que visam dar visibilidade aos membros da ReGeCom e mecanismos de angariação de fundos.



SÉRIE DE WEBINARS

Maliasili
INVESTING IN PEOPLE FOR NATURE

Expandindo a conservação comunitária em África



17 Maio

18:00 - 19:00 EAT

17:00 - 18:00 CAT

11:00 - 12:00 EST

Destaque - Moçambique

Orador :



José Monteiro
Director Executivo, ReGeCom

Passar das políticas à prática para que as comunidades possam obter benefícios reais e tangíveis através da conservação em Moçambique

Junte-se a nós no segundo webinar de uma nova série sobre a expansão da conservação comunitária em África. Esta série de webinars irá mostrar a diversidade, inovação e possibilidades da conservação comunitária em África.

Saiba mais sobre a ReGeCom, Moçambique | [Registe-se aqui](#)

EVENTOS

Forum de Conservação Comunitária

Em Outubro de 2023, a convite da Malisili, a ReGeCom, representada por José Monteiro (Director Executivo) e Feliciano dos Santos (ESTAMOS), participa no Forum sobre Conservação Comunitária, realizada em Naivasha, Kenya. O forum que trouxe diferentes actores ligados a conservação baseada na comunidade, serviu de base para fortalecer laços entre as diferentes organizações Africanas, que trabalham em prol da gestão comunitária de recursos naturais.



Participação no encerramento do projecto Vuka Now

A ReGeCom foi convidada a participar no encontro de encerramento do projecto Vuka Now, implementado pela USAID na região Austral de Africa. A ReGeCom esteve representada pelo José Monteiro, que partilhou experiências e desafios de processos de consolidação da governação comunitária, como mecanismos para evitar caça furtiva e melhorar o engajamento das comunidades na gestão comunitária de recursos naturais. O evento que também serviu para aumentar a rede de contactos, foi realizado em Levingstone, na Zambia.

Participação dos encontros da UN-DESA

A convite da UN-DESA (Departamento das Nações Unidas para Assuntos Económicos e Sociais) formulado a ReGeCom, os colegas Tiago Luís (Direcção Nacional de Desenvolvimento Económico Local) e Fátima Kangi (Direcção Nacional de Florestas) participaram na reunião de testagem de ferramentas de treinamentos destinado a funcionários do governo e profissionais da conservação, para envolvimento de Povos Indígenas e Comunidades Locais em actividades de conservação. O evento foi realizado no escritórios das Nações Unidas, em Nairobi, Kenya. Como resultado deste evento a Direcção Nacional de Desenvolvimento Económico Local tem estado em interação com a UN-DESA, para discutir potenciais financiamentos para o desenvolvimento do Programa Nacional de Gestão Comunitária de Recursos Naturais.

Participação na reunião anual das TFAC-SADC

A convite da Community Leaders Network, a ReGeCom, representada por José Monteiro, participou na reunião anual das Áreas de Conservação Transfronteiras da SADC, que decorreu na cidade de Maputo, em Novembro de 2023. No painel relativo a melhoramento de meios de vidas das comunidades, a ReGeCom apresentou as abordagens de Governação comunitária, como base fundamental para melhoramento de meios de vida, através da gestão comunitária de recursos naturais.



Reunião estratégica de alto nível da AICA

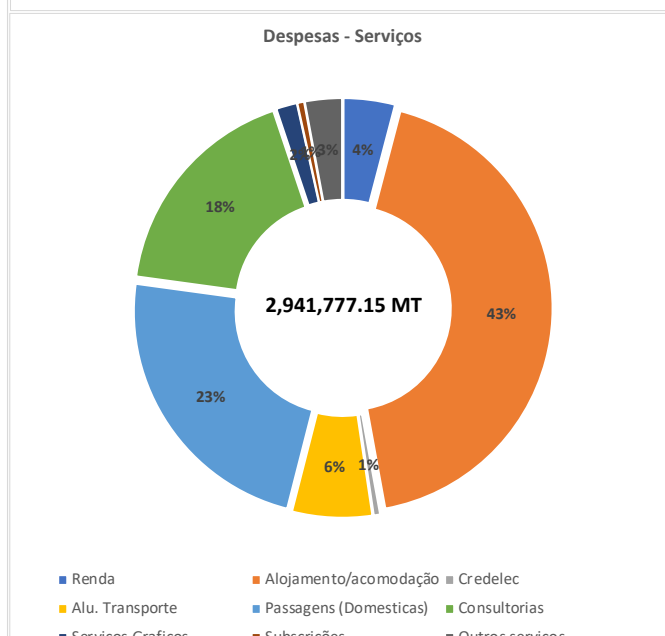
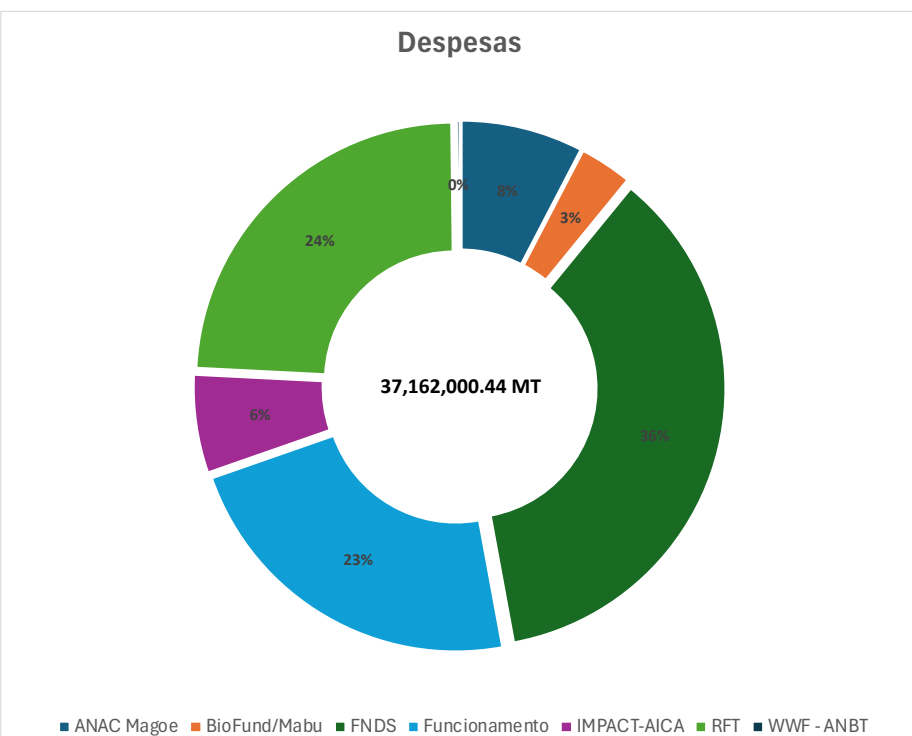
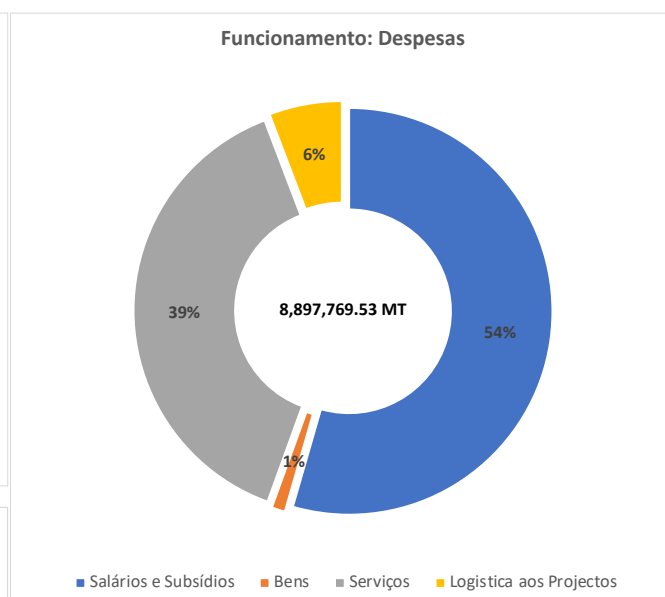
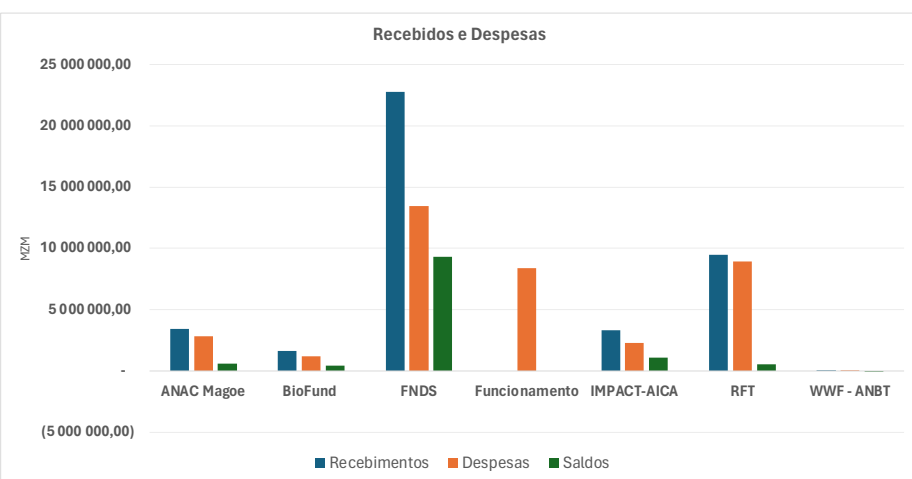
Entre os dias 18 - 21 de Março de 2024, a ReGeCom hospedou a reunião estratégica de alto nível da Aliança de Povos Indígenas e Comunidades Locais para a Conservação em África (AICA). O encontro que aconteceu em Maputo, teve como objectivos (i) Concordear nas estruturas de governação interna da AICA e (ii) Definir o roteiro para elaboração do Plano estratégico da AICA. O evento contou com a presença de 22 delegados da AICA, vindos das diferentes regiões de África. Durante o evento, os delegados tiveram oportunidade de perceber sobre o funcionamento da ReGeCom e tiveram a oportunidade de interagir com membros da comunidade de Matchia, que reside ao redor do Parque Nacional de Maputo, que foi beneficiária das intervenções da ReGeCom. A visita de campo foi o expoente mais alto do evento, pois permitiu a interação e partilha de experiências entre as diferentes regiões sobre a importância da governação comunitária na gestão comunitária de recursos naturais.





RELATÓRIO FINANCEIRO

Durante o exercício económico de Abril 2023 à Março de 2024, a ReGeCom recebeu fundos no valor de 40,705,613.80 Meticais, provenientes maioritariamente dos projecto da Rain Forest Trust FNDS/MozBio II, BioFund/Projecto Magoe. Deste valor, 76% foram alocados a implementação do projecto e 26% para o funcionamento da ReGeCom. O facto da ReGeCom não ter fundos dedicados para funcionamento tem sido uma limitante na execução e alocação de recursos financeiros. Por recomendação da Auditoria realizada as contas da ReGeCom, pela KPMG, foi instalado o aplicativo PRIMAVERA..





DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Desafios

- **Financiamento para o funcionamento da ReGeCom.** A ReGeCom não possui fundos dedicados para o seu funcionamento interno, estando dependente de custos de gestão relacionados com a implementação de projecto. Fundos dedicados ao funcionamento podem impulsionar dinâmica dos membros e a massificação das abordagens definidas pela ReGeCom.
- **Funcionamento dos Comités e Monitoria da Governação.** Com estabelecimento de 35 comités comunitários o desafio é garantir o seu acompanhamento através de mecanismos que permitam a evolução progressiva. No mesmo contexto, constitui desafios a identificação de mecanismos eficientes de monitoria da Governação comunitária, de forma identificar impactos da abordagem a nível da vida das comunidades e na conservação.

Oportunidades

- **Massificar a abordagem de Governação ao redor das áreas de Conservação.** Os problemas de Governação comunitária são extensivos para o território nacional. Porém, as áreas de conservação, constituem o maior ponto de intervenção da ReGeCom, simplesmente por serem o repositório de dos recursos naturais existentes. A ReGeCom assume como uma grande oportunidade, a operacionalização do plano de desenvolvimento comunitário da ANAC, para escalar o estabelecimento de sistemas de Governação comunitária ao redor das áreas de Conservação
- **Regulamento sobre funcionamento dos Comités Comunitários.** A aplicação do decreto 63/2020 no reconhecimento e legalização dos comités comunitários, é um passo importante na institucionalização das organizações comunitárias de base. Porém, permanece o desafios de regular o funcionamento dos comités, de forma a direccionar o seu funcionamento com base em normas que sejam ajustadas ao contexto comunitário.

